



RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES

SILVA, Cléia de Oliveira da¹
CAVALCANTE, Valéria Campos²

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o livro didático “História, Sociedade & Cidadania”, de Alfredo Boulos Júnior, aprovado pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) e publicado pela editora FTD, destinado ao Ensino Médio. O foco recai sobre as discussões e os conteúdos relacionados às relações étnico-raciais, conforme estabelece a Lei 10.639/03. Para a produção dos dados, recorreu-se à pesquisa de análise documental. Como base teórica para sustentar a discussão, foram utilizados os estudos de Walsh (2013), Gonçalves (1987), Oliveira (2017), entre outros. Os resultados da análise revelaram que as questões raciais são abordadas de forma superficial, o que não contribui para o letramento racial nem amplia a formação crítica sobre a temática, restringindo, assim, a possibilidade de promover debates significativos em sala de aula. Nesse contexto, observa-se que o livro analisado privilegia a cultura hegemônica branca, silencia a cultura negra e perpetua invisibilidades. Dessa forma, não oferece subsídios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas nas diversas situações do ambiente escolar, configurando também o descumprimento da Lei 10.639/03.

Palavras-chaves: Livro didático; escola pública, Relações étnico raciais, Lei 10639/03.

INTRODUÇÃO

Neste estudo, propomos analisar o livro didático de História **História, Sociedade & Cidadania**, de Alfredo Boulos Júnior, aprovado pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e publicado pela editora Moderna, destinado ao Ensino Médio. O foco da investigação recai sobre as discussões e conteúdos que tratam das relações étnico-raciais, em consonância com o que estabelece a Lei 10.639/03. A escolha pela análise desse material integra um recorte de uma pesquisa³ mais ampla, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Educação, Educação e Diversidade (GEDIC). Ressaltamos, ainda, que a coleção analisada está em uso em escolas da rede municipal de Flexeiras/AL.

Posto isso, este estudo configura-se como uma pesquisa de análise documental, de caráter descritivo, cujo foco é examinar a abordagem das questões étnico-raciais no livro didático (LD) de Língua Portuguesa (LP) em análise. Parte-se do entendimento de que o livro didático constitui não apenas um currículo oficial, mas também um artefato cultural,

[...] são obras produzidas para orientar no ensino de alguma disciplina, por meio da apresentação de um conjunto extenso de conteúdos, seguindo uma progressão,

¹ Universidade Federal de Alagoas. Cleialima5@gmail.com

² Universidade Federal de Alagoas. valeria.cavalcante@penedo.ufal.br

³ Aprovada pelo Comitê de Ética a partir da Plataforma Brasil sob Parecer nº 5.069.541.





sobre forma de atividades ou lições, organizados de forma que podem ser utilizados tanto coletivamente, em sala, como individualmente, em casa (Cavalcante, 2006, p. 18).

Nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, a Lei 10.639/03 torna obrigatório o estudo e a valorização das culturas negras no contexto educacional brasileiro. Essa determinação, ao inserir as questões étnico-raciais no espaço escolar, mostra-se imprescindível para a formulação de debates respeitosos, a promoção do letramento racial e o enfrentamento das desigualdades sociais nas instituições de ensino.

Nesse sentido, compreendemos a relevância de trabalhar, especialmente nas escolas públicas, aspectos ligados à ancestralidade, à identidade e à oralidade da população negra. Tais discussões promovem reflexões significativas nos currículos escolares, sustentando uma perspectiva antirracista, democrática e libertadora, uma concepção de educação que busca superar os limites impostos pela colonialidade. Como afirma Walsh (2013), as práticas escolares podem não apenas resistir à colonialidade, mas também fortalecer os processos de resistência de grupos historicamente marginalizados.

Nesse contexto, destacamos a necessidade de que os livros didáticos utilizados nas escolas brasileiras estejam em conformidade com a Lei 10.639/2003, de modo a possibilitar que o professor problematize, em sala de aula, temáticas antirracistas, colaborando para a legitimação e a ressignificação de identidades sociais historicamente subalternizadas.

O livro didático deve, portanto, auxiliar na construção de uma escola democrática, com currículos que contemplem a representação da população negra nesses espaços, pois, conforme aponta Nascimento (2013), é no ambiente escolar que, muitas vezes, estudantes negros/as não encontram referências de representatividade, o que pode acarretar baixa autoestima e impactar diretamente seu desempenho escolar.

No que se refere à organização deste resumo expandido, apresentamos, inicialmente, a introdução e os objetivos, seguidos da fundamentação teórica. Na sequência, descrevemos os procedimentos éticos e metodológicos adotados e, posteriormente, os resultados da análise do livro didático em questão. Por fim, registramos as considerações finais, nas quais refletimos sobre os resultados alcançados a partir do estudo desenvolvido.

OBJETIVOS



Analisar o Livro didático de História, da **Coleção História Sociedade & Cidadania**, de Alfredo Boulos Júnior, aprovada pelo Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), da editora FTD, indicada para Ensino Médio, tendo como foco as discussões e conteúdo que abordem as relações étnico raciais, conforme indica a Lei 10639/03.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No que se refere às reflexões sobre as identidades negras nos currículos das escolas brasileiras, percebemos a urgência de viabilizar ações, debates e tensionamentos no panorama educacional. Esse movimento deve partir, sobretudo, da efetiva implementação do aparato legal e normativo vigente, especialmente por meio da incorporação dessas diretrizes nos livros didáticos.

Nesse sentido, retomamos a Lei 10.639/2003, que representa um marco jurídico voltado à tentativa de reparação histórica diante do genocídio da população negra no Brasil, ao tornar obrigatória, nos currículos da educação básica, tanto em instituições públicas quanto privadas, a inclusão do ensino da História e da Cultura Africanas e Afro-Brasileiras. Contudo, representantes de movimentos sociais têm reiterado que, desde sua promulgação em 2003, a aplicação da lei ainda é insuficiente, revelando lacunas entre o texto legal e a prática educacional.

Sobre a Lei nº 10.639/2003, Gomes (2010) afirma:

A Lei nº 10.639, de 2003, e suas respectivas formas de regulamentação (Resolução CNE/CP 01/2004 e Parecer CNE/CP 03/2004), vinculam-se à garantia do direito à educação. Elas o requalificam incluindo neste o direito à diferença. A sua efetivação como política pública em educação vem percorrendo um caminho tenso e complexo, no Brasil (Gomes, 2010, p. 8).

Ressaltamos que essa legislação amplia as reflexões sobre políticas afirmativas e reafirma a necessidade de consolidar, no ambiente escolar brasileiro, uma educação antirracista pautada na valorização e aceitação de todos os povos, em especial da população negra. Assim, a Lei nº 10.639/2003 e suas diretrizes devem ser compreendidas no interior do complexo campo das relações raciais brasileiras, sobre o qual incidem. Isso implica ir além da simples adoção de programas voltados à diversidade étnico-racial, muitas vezes implementados de forma pontual, fragmentada e descontínua.





Diante desse cenário, é fundamental compreender que a aplicabilidade da legislação ultrapassa os limites da escola. A sua invisibilidade no espaço escolar significa, em grande medida, anular a possibilidade de construção de autoimagens negras positivas. Nesse sentido, o livro didático deve desempenhar um papel central, trazendo essas discussões para os currículos e colocando os/as estudantes em contato com os elementos constitutivos dos diferentes grupos étnicos brasileiros, de modo a favorecer a compreensão da complexidade das identidades, próprias e alheias.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Este estudo configura-se como uma pesquisa de análise documental, de caráter descritivo, com foco na proposta de ensino presente em um livro didático (LD) de Língua Portuguesa (LP). Conforme aponta Chizzotti (2010), o pesquisador não pode prescindir de informações documentadas, uma vez que estas possibilitam identificar lacunas de investigação, bem como problemas controversos e obscuros.

Nesse sentido, compreendemos como documentos todos os materiais escritos que possam servir de fonte para a compreensão do comportamento humano. Incluem-se, entre eles, leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, além de livros, estatísticas e arquivos escolares (Lüdke; André, 1986).

Assim, a análise documental mostra-se essencial para a condução de uma pesquisa sistemática, pois permite evidenciar a situação atual de determinado objeto de estudo e traçar a evolução histórica de um problema. Para tanto, exige-se do pesquisador rigor na interpretação e na leitura dos dados obtidos.

O *corpus* desta investigação é constituído por uma obra didática de Língua Portuguesa integrante do PNLD 2020: a coleção “Se liga nas linguagens: português”, de autoria de Wilton Ormundo e Cristiane Siniscalchi, publicada pela editora Moderna (1^a edição), volume selecionado e adotado como referência neste estudo.

Os critérios adotados para a seleção do *corpus* de análise foram: (i) tratar-se de material didático pertencente a uma coleção aprovada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); e (ii) ser um livro de Língua Portuguesa destinado ao Ensino





Fundamental - Anos Finais, adotado por escolas da rede pública do município de Flexeiras/AL.

Após a definição do *corpus*, procedemos à análise descritiva do sumário do material selecionado. O ponto de partida consistiu em examinar a organização das sequências didáticas, com especial atenção à forma como as temáticas relacionadas às relações étnico-raciais são apresentadas no LD.

RESULTADOS

Iniciamos nossa análise da coleção observando que, dos trinta e dois capítulos, apenas sete abordam conteúdos relacionados à temática negra. Na obra analisada, essas questões são tratadas de forma bastante superficial, sendo pouco exploradas. Não se identificam elementos que promovam a construção identitária de maneira explícita, o que compromete a possibilidade de os estudantes desenvolverem uma compreensão crítica e aprofundada do conteúdo. Nessa esteira, esse silêncio tende a “[...] construir a igualdade entre os alunos a partir de um ideal de democracia racial” (Gonçalves, 1987, p. 28), ocultando processos discriminatórios existentes.

Quanto à abordagem dos conteúdos, os autores utilizam textos e imagens em que os brancos assumem posições de privilégio, enquanto a ausência de representações de negros em situações de prestígio impacta negativamente a forma como os/as estudantes negros/as podem reconhecer e afirmar suas identidades. Observamos, portanto, que o livro didático privilegia a cultura hegemônica branca, silenciando a cultura negra e perpetuando invisibilidades. Outrossim, o material adota padrões eurocêntricos, refletindo valores morais de uma única etnia e negando a diversos cidadãos brasileiros o direito ao reconhecimento de suas identidades, histórias e culturas, especialmente da população negra.

No tratamento do tema “racismo”, a obra apresenta diversidade de grupos e experiências nas artes, lutas e políticas, porém sem aprofundamento das questões raciais ou consideração de sua trajetória histórica específica. Na abordagem histórica, evita-se discutir ou aprofundar a temática da escravidão, o que induz ao silenciamento da presença negra, sobretudo nos momentos em que são abordados movimentos sociais de reivindicação.





Considerando essa perspectiva, constatamos que os conteúdos do livro analisado correspondem ao que Oliveira (2017, p. 16) denomina de “[...] discurso politicamente correto dos livros, que apenas insere no campo visual pessoas brancas e não brancas, mas não problematiza os modos de produção do racismo, continuando a perpetuar a ordem racista vigente”. Nesse sentido, o livro deixa muito a desejar, relegando a segundo plano as discussões sobre desigualdade racial e representatividade.

Carneiro (2016) reforça essa crítica ao afirmar que os livros didáticos têm sido alvo de sucessivas denúncias do Movimento Negro, principalmente por não contemplarem de forma adequada a história africana e afro-brasileira. Quando o fazem, frequentemente reforçam estereótipos pejorativos, apresentando homens e mulheres negros/as em papéis servilizados ou marginalizados na construção da sociedade brasileira.

Diante disso, é fundamental que a escola amplie as discussões étnico-raciais para estudantes jovens, especialmente negros do Ensino Médio, possibilitando o desenvolvimento da identidade a partir de sua representatividade. Desse modo, é imprescindível que todas as diversidades que compõem o Brasil se sintam aceitas e respeitadas dentro das instituições escolares, que devem ser espaços inclusivos e democráticos para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do livro didático de História, da coleção “História, Sociedade & Cidadania”, destinado ao Ensino Médio, revelou que a educação voltada às relações étnico-raciais deveria ser abordada de forma robusta, mas aparece de maneira superficial, transversal e incipiente, contando com a participação de poucos autores negros.

Os conteúdos relacionados aos povos nativos são ainda menos explorados: poucos autores e artistas negros de destaque no mercado editorial são mencionados, e seus trabalhos raramente aparecem nos materiais. Além disso, há ausência de abordagens que permitam aos estudantes o contato com a diversidade cultural existente entre os povos nativos, limitando a compreensão da pluralidade brasileira.

De forma geral, constatamos que as questões raciais são tratadas de maneira superficial, não contribuindo para a promoção do letramento racial, para a formação da cultura dos estudantes ou para a ampliação de debates críticos em sala de aula. Logo, o





livro carece de subsídios que possibilitem o trabalho de conflitos antirracistas nas diferentes situações que possam ocorrer no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto, 1994.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional do Livro e do Material Didático**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, L. A. O. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 27-29, nov. 1987.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

MIRANDA, S. R.; ALMEIDA, F. R. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 5, p. 10-38, 2020.

NASCIMENTO, E. L. Sankofa: educação e identidade afro-descendente. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e antiracismo na educação**. São Paulo: Summus, 2001.

ORMUNDO, W.; SINISCALCHI, C. **Se liga nas linguagens**: português: manual do professor. 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2020.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: ABY-AYALA, 2013.

